

BOLETIM POLÍTICO DO CNG



O Comando Nacional de Greve (CNG) foi instalado no dia 08 de abril. No dia 09, foi definido o Regimento Interno Provisório que será debatido na 189ª PLENA. Essa PLENA também debaterá posicionamento da categoria sobre a necessária chamada extra do Fundo de Greve, construção de calendário de lutas e deliberará sobre assinatura de Termo de Compromisso proposto pelo governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Como balanço da semana, salientamos as importantes vitórias políticas da nossa greve, tanto no que tange à consolidação e ampliação do nosso movimento grevista, como a superação de tentativas antigrevistas por parte do governo.

Terminamos a semana com 477 campi e reitorias aderindo ao movimento. Consideramos importante a luta em cada campus para a suspensão do calendário escolar, considerando os prejuízos causados aos estudantes ao terem apenas parte das disciplinas nesse momento e outras após a greve. Indicamos a importância da luta para que nenhum(a) docente aumente sua carga horária semanal após a greve e que na negociação de calendário sejam garantidos os dias letivos previstos para cada oferta de curso, bem como a reposição

das atividades administrativas e educacionais que deixarem de ser executadas durante nosso movimento de greve.

Quanto à superação das tentativas antigrevistas, enfrentamos a chantagem referente aos aumentos dos benefícios, apresentados pelo governo desde dezembro do ano passado. Após negar publicamente o pagamento a partir de maio, o governo chamou uma reunião extraordinária da MNNP, na qual propôs um Termo de Compromisso a ser assinado pelas entidades como pressuposto para o aumento dos benefícios. Até o final da reunião realizada no dia 10/04, o governo tensionou com uma cláusula que proibia o direito de greve das categorias, suspendendo as mesas específicas de quem exercer esse direito constitucionalmente garantido. Desde o princípio, o governo excluía desta cláusula as categorias que já se encontram em greve (SINASEFE e FASUBRA) e, após muita pressão frente o absurdo que se apresentava, na noite do dia 10/04 o governo recuou e retirou a cláusula antigreve.

Consideramos que o recuo do governo é uma vitória de nossa mobilização. Vale salientar as várias ações que têm sido realizadas por todo o

país, além da participação massiva dos(as) trabalhadores(as) da Seção do IFB, que, por estar em Brasília, garantiu importante visibilidade da nossa greve, tanto no ato realizado durante a MNPP como na atividade realizada no lançamento do novo campus na Região Administrativa Sol Nascente, no DF, na presença do presidente Lula.

No dia 11/04, foi instalada a Mesa Setorial do Ministério da Educação, vinculada à MNPP, na qual o Secretário Executivo-Adjunto do MEC, Gregório Grisa, afirmou o compromisso do governo com a reestruturação do PCCTAE e a revisão do Decreto 1.590/95 e Portaria 983/20. Além disso, ficou estabelecida uma dinâmica para as negociações no âmbito do Ministério da Educação, cujas mesas de trabalho junto à SETEC e à SESU serão no dia 06 de maio. As entidades sindicais reafirmaram os pontos de suas pautas já protocoladas junto ao MEC. Solicitamos também a instalação de uma Mesa de Greve para tratar de temas decorrentes de nosso movimento, como continuidade de programas sociais e assistência estudantil. Outra vitória da greve foi a convocação, por parte do governo, da 4ª Reunião da Mesa Específica e Temporária para tratar do PCCTAE e do magistério EBTT, a serem realizadas em 19/04/2024.

O Comando Nacional de Greve aponta a necessidade de ampliação e fortalecimento da greve, considerando as vitórias já alcançadas, no que tange ao destravamento das negociações. Além disso, indicamos a assinatura do Termo de Compromisso proposto pelo governo, para garantir o reajuste dos benefícios, salientando a manutenção de nossa luta para que o auxílio alimentação seja estendido para os aposentados e para que o auxílio saúde não esteja atrelado à contratação de um plano privado.

Convocamos as bases para encaminharem seus delegados para comporem o CNG e participarem das atividades da Jornada de Lutas em Brasília na semana que vem, nos dias:

- 16/04 - Audiência Pública na Câmara dos Deputados;
- 17/04 - Marcha dos servidores públicos federais em Brasília;
- 18/04 - 189ª PLENA;
- 19/04 - Mesas Específicas - MGI.

RECOMPOSIÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E REVOGAÇÃO: NOSSA GREVE É PELA EDUCAÇÃO!!!



ORIENTAÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SINASEFE QUANTO À NECESSIDADE DE NEGOCIAÇÕES DE GREVE NOS LOCAIS DE TRABALHO

Nessa semana, na mesa setorial do dia 11 de abril, solicitamos ao MEC a necessidade de trabalhar em uma mesa de greve para pautar o funcionamento dos serviços essenciais durante o movimento paredista, entre outras demandas que surgiram e surgirão próprias ao contexto de paralisação. O MEC ainda não confirmou a abertura dessa mesa, essencial para dar atenção a tais questões, e isso joga peso na necessidade de que nossas seções sindicais tenham ainda mais atenção na organização de reuniões de negociação junto às reitorias e diretorias gerais de campus.

Orientamos que cada comando de greve não demore a formalizar o pedido de reunião com gestores e realizem uma reunião para tratar dos serviços essenciais, escutar as demandas e pressionar pela melhor saída política.

Nosso entendimento é que não haverá uma única forma para a atuação na luta sindical em todo o Brasil. Então, o CNG não tem feito orientação específica sobre formas de frequência das atividades de greve, interpretação sobre os limites específicos dos serviços essenciais ou o que fazer em relação a servidores que não aderiram à greve. Entendemos que a luta local precisa interpretar a correlação de forças para decidir as melhores saídas em diálogo profundo com suas bases. E, a partir disso, podemos compartilhar experiências que podem ser aproveitadas em locais com contextos semelhantes.

É fundamental, sobretudo, evitar a compreensão de que a greve é jurídica. O instrumento de luta da classe é fundamentalmente político, e mesmo seus contornos institucionais e legais dependem muito mais da força da luta

popular do que da interpretação de normas e dispositivos jurídicos, quanto mais quando o instrumento utilizado pelo Governo é uma Instrução Normativa repleta de elementos inconstitucionais (IN 49). Assim, mesmo que o aconselhamento jurídico possa nos ajudar, é a mobilização local que torna possível a melhor interpretação da norma para atender ao anseio da nossa classe.

Por fim, salientamos que o CNG é formado por delegados e delegadas enviadas desde os comandos de greve das seções sindicais para plantões em Brasília. Embora aqui haja um pluralismo de formas de atuação, nosso número ainda não é muito grande ao ponto de conseguirmos dar conta de tantas demandas enviadas pelas bases. Assim, pedimos que as seções enviem representação de seus comandos para o CNG, para que possamos ter melhor capacidade de organização da greve, bem como de orientação das bases.

Este boletim foi escrito pelo Comando Nacional de Greve do SINASEFE, que conta, nesta data, com a seguinte composição:

Cristina Valéria Gomes - SINDISCOPE (RJ)

Erahsto Felício - Sinasefe-IFBA-CMS (BA)

Felipe Serra - Seção Brasília (DF)

Larissa Leal - Sinasefe IFPA, CTRE e CIABA (PA)

Rafael Borges - Seção São Vicente da Serra (MT)

Victor Braz - Seção IFSul (RS)

Diagramação: Scarlett Rocha/Decom SINASEFE

Contato direto com o CNG: cng@sinasefe.org.br